

ÁREAS ECOLÓGICAS E NÍVEIS SÓCIO-ECONÔMICOS EM UMA CIDADE PAULISTA

Graciette Borges da Silva *
Neiry Primo Alessi **
Célia Almeida Ferreira Santos ***

RBEEn/03

SILVA, G.B. e colaboradoras — Áreas ecológicas e níveis sócio-econômicos em uma cidade paulista. Rev. Bras. Enf.; DF, 33 : 22-32, 1980.

I — INTRODUÇÃO

O fato de Ribeirão Preto ser um importante centro de ensino e pesquisa, na área da saúde, tem propiciado o surgimento de inúmeras investigações voltadas para o estudo de sua população. Como esta se apresenta estratificada em classes sociais — estratificação peculiar a toda sociedade inserida no modo capitalista de produção econômica — tal dado constitui, indubitavelmente, uma variável básica a ser considerada sempre, nesse tipo de investigação.

Entretanto, as dificuldades práticas enfrentadas, nesse campo de pesquisa empírica, têm sido, a nosso ver, sobretudo de duas espécies. A primeira, de caráter restrito, diz respeito à inexistência de critérios definidos de delimitação dos bairros da referida cidade;

a segunda, mais geral, refere-se à existência de múltiplos critérios de estratificação de populações.

Foi pensando em ambas essas dificuldades que vimos a importância de escrever este artigo, uma vez que as considerações nele contidas são facilmente extrapoláveis para outros universos empíricos.

Em outras palavras, os aspectos aqui discutidos são preliminares indispensáveis de estudos da área de saúde que lidem com as variáveis sócio-econômicas: estratificação social e zoneamento urbano.

Este trabalho se refere a um levantamento relativamente amplo, de caráter analítico, realizado em Ribeirão Preto, no segundo semestre de 1973.

* Prof. Assistente - Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP.

** Prof. Assistente - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

*** Prof. Assistente Doutor - Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP.

cujo objetivo geral foi colher informações sobre as características sócio-econômico-culturais de sua população.

Seus objetivos específicos, por outro lado, eram: 1) tentar um confronto, na referida cidade, entre sua divisão setorial, realizada sob fins exclusivamente administrativos, com outra fundamentada em bases sociológicas; 2) verificar as atitudes desta população em relação a determinados aspectos de saúde física e mental.

Neste artigo, contudo, deixaremos de discutir os dados referentes ao último item mencionado, que foi objeto de outro trabalho (1).

Sua finalidade básica é mostrar a importância de uma divisão em setores, fundamentada em critério sócio-econômico, e a necessidade de um marco de referência comum a toda investigação científica sobre a cidade, seja ela de cunho teórico ou vincule-se a questões práticas genéricas de planejamento urbano.

Essa finalidade imediata prendeu-se à necessidade, acima enunciada, de ter dados sobre as variáveis sociais a serem correlacionadas com estudos de saúde, em nosso caso específico, referentes às atitudes daquela população face a determinados aspectos de saúde física e mental.

Sabe-se que a distribuição das pessoas no espaço urbano não é casual, mas "tende a assumir padrões definidos e típicos". A sua localização, por exemplo, num bairro e não em outro, depende de seus status sócio-econômicos ou de suas características étnicas face às da área em questão, constituindo o que, no jargão das ciências humanas, denomina-se área ecológica.

Atuam simultaneamente, no caso, os processos de competição e seleção. As pessoas competindo por um lugar no solo; a área selecionando seus habitantes.

Uma área *natural* ou *ecológica*, portanto, refere-se a um espaço geográfico definido, caracterizado pela sua individualidade física e pelas peculiaridades sócio-econômico-culturais dos seus habitantes (2).

A hipótese formulada foi a de não correspondência entre áreas ecológicas e administrativas, buscando-se, através deste estudo, um conhecimento mais profundo das primeiras como subsídio a uma resposta ao problema da propriedade ou impropriedade do uso da divisão setorial existente, para fins de pesquisa empírica.

II — METODOLOGIA

A cidade de Ribeirão Preto apresentava a seguinte divisão setorial, em 1973:

SETOR I — abrangendo o centro comercial e administrativo, além dos seguintes bairros: Higienópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista, Jardim América, Vila Seixas, Santa Cruz do José Jacques.

SETOR II — Campos Eliseos, Jardim Paulista, Jardim Macedo, Jardim Mosteiro, Jardim Sete Capelas, Jardim Paulistano, Vila Guarujá, Jardim Independência, Vila Tamandaré.

SETOR III — Vila Carvalho, Tanquinho, Vila Elisa, Vila Brasil, Jardim Aeroporto, Jardim Jôquei Clube.

SETOR IV — Ipiranga, Vila Tibério, Sumarezinho, Vila Lobato, Vila Monte Alegre, Vila Recreio e Vila Albertina.

SETOR V — Vila Virgínia, Vila da Fraternidade, Jardim Recreio, Fazenda Monte Alegre.

Essa divisão em setores, feita com fins meramente cadastrais, seguiu o traçado do sítio urbano, tendo como limites naturais os córregos que o cruzam.

É importante esclarecer que, inexistindo uma lei municipal que estipule as delimitações dos últimos anos, o que se observa é a falta de consenso quanto

àquelas delimitações e quanto aos próprios nomes dos novos bairros (em muitos casos há apenas nomes de loteamento).

Isso explica a constatação feita da existência de dados divergentes sobre o número de habitantes dos vários bairros e setores, quando variavam as fontes de informação.

Esse problema interferiu diretamente no procedimento amostral, uma vez que não pudemos confiar nos dados existentes sobre o total da população de cada setor.

A amostra foi, por isso, construída a partir do total de quadras, sendo de 5% nos setores em que aquelas eram mais de seiscentas e de 10% quando não atingiam este limite, utilizando-se para o sorteio uma tabela de número equiprováveis.

No caso de habitações coletivas ou prédios de apartamentos adotou-se, para ambos, o critério de se sortear uma unidade apenas.

Convém esclarecer que a condição necessária para a realização da entrevista era a presença, na moradia, de um dos tipos conhecidos de composição de família nuclear, isto é, cônjuges; pais e filhos; um dos cônjuges e filhos.

Feita esta caracterização dos moradores, a dona-da-casa era a pessoa previamente escolhida para ser entrevistada. Em sua ausência, entrevistava-se seu substituto responsável. As entrevistas foram feitas por alunos do primeiro ano dos cursos de Enfermagem e Psicologia, treinados pelos pesquisadores.

Na Tabela I consta o total de quadras dos vários setores e o das que foram sorteadas, com respectivas porcentagens, bem como o número de famílias que deveriam ser pesquisadas, por setor, e o das que efetivamente o foram. O total da amostra (686 famílias, correspondia a 1,6% do total estimado de famílias da cidade, no ano de 1973, cuja população era aproximadamente de 217.977 habitantes (*).

TABELA I

Setor	Total de quadras	Quadras N.º	sorteadas %	Total de fam. a serem pesquisadas	Total de fam. efetivamente pesquisadas
I	814	41	5	164	119
II	850	42	5	168	119
III	718	40	5	160	154
IV	1037	53	5	212	156
V	598	60	10	240	138

TOTAL GERAL: 686

* A estimativa acima baseou-se em dados do "levantamento de condições de saúde por entrevistas domiciliares" (Ribeirão Preto - SP), coordenado por José da Rocha Carvalheiro, do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP.

A defasagem verificável entre o total de famílias que, de acordo com o critério adotado, deveriam ser pesquisadas em cada setor e o total efetivo da amostra, explica-se pelo sorteio de quadras escassamente povoadas onde apenas uma entrevista ou duas foram possíveis. Além disso, vinte formulários tiveram que ser anulados, correspondendo a uma perda de 2,9%.

Para as substituições eventualmente necessárias de quadras, recorria-se ao sorteio suplementar. Quando casas precisavam ser substituídas, obedecia-se ao critério de passar às seguintes, segundo um sentido fixo de percurso previamente estabelecido, ou seja, o sentido horário.

III — CRITÉRIO DE ESTRATIFICAÇÃO ADOTADO

Buscando conhecer as características sócio-econômicas das populações dos vários setores — ponto de partida para se obter resposta à pergunta colocada inicialmente — estratificou-se a amostra, adotando-se como critério a ocupação do chefe ou responsável. Esta foi classificada: 1.º) de acordo com a sua posição no sistema produtivo, isto é, se se constituía em atividade assalariada ou não — assalariada (*); e 2.º) de acordo com seu caráter predo-

minantemente manual ou não-manual. (Ver quadro p. 8).

O critério escolhido, malgrado sua amplitude, possui o mérito de fugir à concepção nominalista de estratificação sócio-econômica, que toma as categorias ocupacionais por classes sociais (7). As combinações que possibilita (I.1 ou I.2; II.1 ou II.2), implicam em posições diferentes no sistema de estratificação da sociedade urbano-industrial capitalista, isto é, referem-se, genericamente, a classes sociais diversas (3) e (4).

Quanto ao caráter manual ou não-manual da ocupação, uma vez que todo trabalho conjuga, de alguma forma, atividades mentais e manuais, a separação é feita em termos de predominância de um ou outro tipo, baseando-se, por exemplo, no grau de escolaridade exigido para o desempenho das ocupações ou, diversamente, numa exigência menor ou maior de esforço físico 'strictu sensu'.

Uma consulta à Tabela IV, no final deste artigo, poderá, certamente, elucidar melhor o critério acima descrito.

O modelo de estratificação populacional aqui apresentada, em suas características essenciais, constitui uma adaptação do utilizado por Luiz Pereira numa de suas obras (**). Introduzindo

* A classificação em atividade assalariada e não assalariada foi possível porque, no formulário havia um quadro com a discriminação seguinte: empregado ; empregador ; "por conta" (trabalhador autônomo) — que os entrevistadores deveriam preencher. E no caso de o chefe ou responsável possuir mais de uma ocupação, classificava-se somente a principal, isto é, a que lhe exigisse mais tempo ou lhe proporcionasse maior rendimento.

** Na obra citada de Luiz Pereira, à pág. 141, as categorias profissionais encontradas, dos pais dos professores primários entrevistados, enquadraram-se na classificação que se segue:

- Atividades assalariadas
 - Não-manuais
 - Manuais
- Atividades não-assalariadas
 - Pequenos comerciantes
 - Artesãos
 - Outros tipos.

uma nova dicotomia — atividades manuais e não manuais — na antiga dicotomia marxista — não assalariado X assalariado — esse modelo foi preferido, em detrimento de tantos outros existentes sobre o problema, por-

que possui o grande mérito de não desvirtuar o conceito sociológico clássico do termo classe social (*).

O quadro classificatório das ocupações, utilizado neste trabalho, é, portanto, o seguinte:

Posição no sistema de produção	Característica dominante da ocupação
I - Detentores dos bens de produção e serviço (Atividades não assalariadas).	1. Manual 2. Não manual
II- Não detentores dos bens de produção e serviço. (Atividades Assalariadas)	1. Manual 2. Não manual

IV — RESULTADOS

Observando-se a tabela II, pode-se constatar que:

1.º) o setor I possui, dentre todos os outros, o maior contingente de não-assalariados não-manuais (30,3%).

2.º) o setor II apresenta, juntamente com o I, predominância de ocupações assalariadas não manuais (40,3% em ambos).

3.º) os setores III, IV e V caracterizam-se pelo predomínio absoluto das atividades assalariadas manuais (mais de 60%).

Comparando-se um setor com outro, observa-se que, do ponto de vista do critério adotado, os setores III, IV e V possuem uma população bastante homo-

gênea, diferentemente do que ocorre nos outros dois setores, principalmente no I. Este apresenta 40,3% de ocupações assalariadas não manuais e 18,5% de assalariadas manuais, paralelamente aos mencionados 30,3% de atividades não assalariadas não manuais.

Quanto ao setor II, são expressivos os contingentes de assalariados não manuais (40,3%), de assalariados manuais (27,7%) e de não assalariados manuais (16%).

Em suma, esses dados evidenciam a heterogeneidade sócio-econômica das populações dos setores I e II, ao lado da relativa homogeneidade das que compõem os setores III, IV e V. Portanto, constatou-se em Ribeirão Preto, nesses últimos setores, certa correspondência

(*) O conteúdo sociológico clássico do termo classe social vinculada o surgimento deste fenômeno ao do capitalismo. Tem, pois, um sentido histórico preciso. A definição de classe social, que nos dá Costa Pinto (op. cit., p. 188) é a seguinte: "são grandes grupos ou camadas de indivíduos que se diferenciam, basicamente, pela posição objetiva que ocupam na organização social da produção. Essas classes se relacionam e se superpõem formando um sistema de classes que é parte integrante da estrutura social e que, historicamente, se transforma com a transformação da sociedade. A posição das diferentes classes na estrutura social é fundamentalmente determinada por suas relações com os meios de produção e com o mercado. Elas se identificam pelo papel que têm na organização do trabalho e daí, pelo volume, pelo modo de ganhar e pelo modo de empregar a porção de riqueza de que dispõem".

TABELA II — Classificação da População de Ribeirão Preto, segundo os Tipos de Operação dominantes em cada setor.

Tipo de Ocupação	Setor I		Setor II		Setor III		Setor IV		Setor V	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não Assalariado - Não Manual	36	30,3	14	11,8	9	5,8	10	6,4	13	9,4
Não Assalariado - Manual	8	6,7	19	16,0	23	15,0	26	16,6	19	13,7
Assalariado - Não Manual	48	40,3	48	40,3	7	4,5	21	13,5	12	8,7
Assalariado - Manual	22	18,5	35	27,7	110	71,4	96	61,5	90	65,2
Não Declarado	5	4,2	5	4,2	5	3,3	3	2,0	4	3,0
T O T A L	119	100,0	119	100,0	154	100,0	156	100,0	138	100,0

5,3	14	2,1	9	1,3	10	1,5	13
1,2	19	2,8	23	3,4	26	3,8	19
7,0	48	7,0	7	1,1	21	3,0	12
3,2	33	4,8	110	16,0	96	14,0	90

entre área ecológica e administrativa, embora se observem aí alguns poucos enclaves, zonas de características diversas do conjunto onde se incluem. É o caso de Vila Tibério e Sumarezinho, inseridos no setor IV; e do Jardim Recreio e Fazenda Monte Alegre no setor V.

Enquanto a Tabela II contém a distribuição percentualista dos vários tipos de ocupação dentro de cada setor, a Tabela III apresenta as porcentagens de cada tipo de atividade ocupacional no conjunto dos setores. A análise desta última possibilita algumas comparações:

1) Quanto à posição no sistema produtivo, há a predominância das ocupações assalariadas (70,8%) comparativamente a 26,1% de não assalariadas;

2) conjugando os critérios posição no sistema produtivo e característica dominante da atividade, o maior contingente é de assalariados manuais (51%), seguido dos assalariados não manuais (19,8%);

3) no conjunto, os não assalariados não manuais, que se referem, no geral, aos proprietários do capital e do trabalho, constituem a maior porcentagem (12,2%);

4) quanto aos não assalariados manuais que, possuindo ou não empregos, trabalham em oficinas próprias como mecânicos, carpinteiros etc., constituem 13,9% do total.

Pode-se dizer que esses resultados, evidenciando a porcentagem de cada classe social no conjunto da comunidade estudada, não diferem (malgrado a diversidade de critérios de classificação) dos existentes no contexto mais global da sociedade brasileira, ou melhor, naqueles núcleos que mais se aproximam do modelo da sociedade urbano-industrial-capitalista em crescimento (2).

As transformações das estruturas econômicas que aí se operaram, principalmente depois da revolução de 1930, explicam, em ambos os casos, a configuração encontrada do sistema de estratificação social, cujo traço mais marcante é a crescente importância dos assalariados não manuais (categoria que engloba as chamadas "novas classes médias" (6).

Observando-se, por outro lado, a distribuição gráfica das referidas porcentagens, ressalta-se nitidamente sua ampla base e seu ápice estreito (gráficos, p. 13).

Para finalizar este artigo, será feita uma descrição sumária dos vários setores, procurando-se pôr em relevo suas características mais marcantes.

O SETOR I é o que apresenta o conjunto ecológico mais diferenciado, abrangendo o centro comercial e administrativo da cidade, área mista, de população flutuante; bairros de residências amplas e luxuosas (acima de 250m² de área construída) como Sumaré, Jardim América, Alto da Boa Vista e parte do Higienópolis, lado a lado com Santa Cruz do José Jacques, zona desprovida dos serviços básicos de infra-estrutura, habitada por uma população sem recursos.

O SETOR II abrange um dos mais antigos bairros da cidade, Campos Elíseos, juntamente com outros em franco crescimento como Jardim Paulista, Jardim Mosteiro, Vila Monte Cristo e Jardim Independência.

Os demais setores, grandemente homogêneos como já se disse, são formados por bairros pobres, situados na periferia da cidade: Vila Carvalho, Tanquinho, Vila da Fraternidade, Vila Virgínia, entre outros (*). Englobam eles populações que se dedicam quase que exclusivamente a atividades assalariadas

* As áreas que diferem desse conjunto já foram citadas: Jardim Recreio, Vila Tibério e Sumarezinho.

GRÁFICO I — Classificação da população de Ribeirão Preto segundo os tipos de ocupação dominantes no conjunto dos setores.

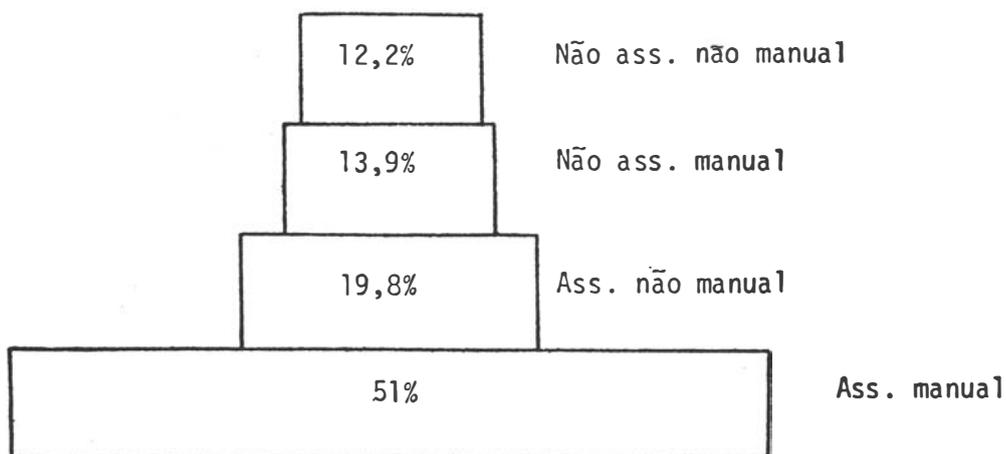
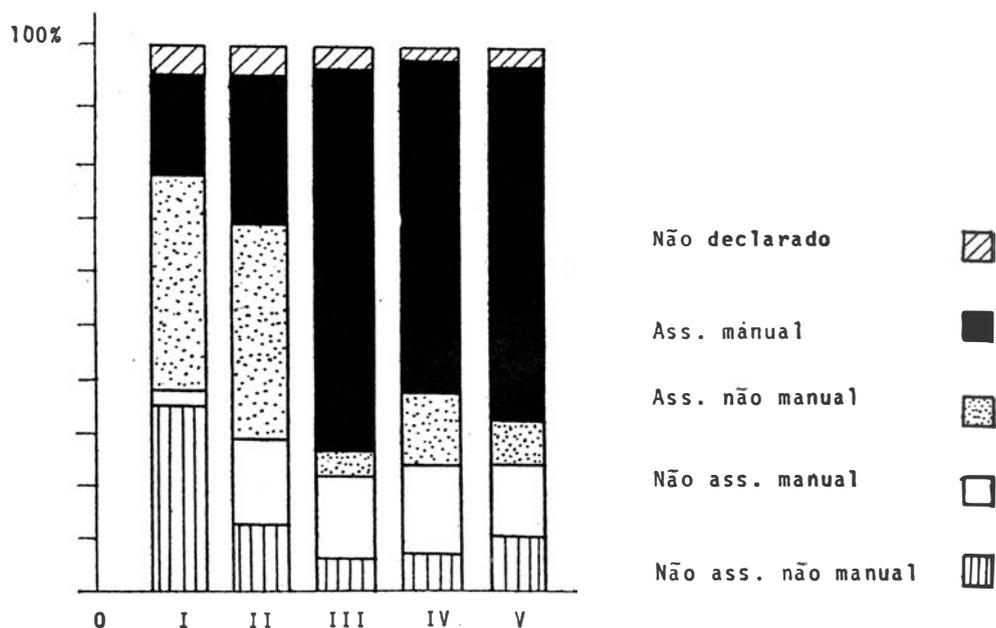


GRÁFICO II — Classificação da população de Ribeirão Preto segundo os tipos de ocupação dominantes em cada setor.



manuals, destacando-se as de pedreiro, servente de pedreiro e operário para os homens e a de empregada doméstica para as mulheres.

O que explicaria a relativa homogeneidade das populações dos setores III, IV e V, já ressaltada, e a heterogeneidade das que residem em I e II?

Pode-se aventar, como tentativa de explicação, a diferença de ritmo de crescimento dos setores referidos, ou seja, um crescimento mais rápido dos dois primeiros comparativamente aos três últimos. Entretanto, esta hipótese poderá ser ou não validada, dependendo de pesquisa posterior sobre, por exemplo, o total de loteamentos aprovados nas diferentes décadas e sua respectiva localização, a abertura de novas vias públicas e os setores mais diretamente beneficiados etc.

No momento, importa retomar o problema que motivou este trabalho: existe alguma correspondência entre área ecológica e setor administrativo?

Já se sabia, "a priori", que o critério adotado, administrativamente, para a divisão da cidade em setores não teve base sócio-econômica. Contudo, pretendeu-se verificar, aqui, quão homogêneas ou heterogêneas eram as populações desses sub-conjuntos.

Constatada uma maior heterogeneidade sócio-econômica dos habitantes

dos setores I e II em relação aos demais, pode-se concluir pela impropriedade do uso da divisão setorial, ora existente em Ribeirão Preto, em pesquisas sociológicas de campo.

Como esses estudos são imprescindíveis para o conhecimento de problemas específicos — sanitários, educacionais, de zoneamento urbano etc. — seria extremamente importante que a definição formal dos limites de cada setor levasse em conta as características sócio-econômicas dos vários bairros (cujos limites também deveriam ser redefinidos segundo aquelas características).

É claro, para nós, que tais definições formais seriam ultrapassadas, mais cedo ou mais tarde, pelas mudanças de fato ocorridas intra e inter-áreas ecológicas pré-existentes. Haveria, portanto, redefinições sempre que necessário, calçadas no princípio acima referido. A observância desse critério, por parte daqueles que se voltam para a investigação empírica em comunidades específicas permitiria que se tivesse um marco de referência comum de inestimável valor teórico-prático. Sendo então possível estabelecerem-se comparações, dentro do sítio urbano e através do tempo, entre diferentes investigações empíricas, enriquecer-se-ia a ciência social e, na prática, os problemas urbanos poderiam ser solucionados com maior rapidez e eficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALESSI, N. P. G. B da Silva e FERREIRA SANTOS, C. A. — "O doente mental visto pela população de um município paulista". *Neurobiologia*, 1978, vol. 41, (2).
2. BRESSER PEREIRA, L. C. — *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-67*, Rio de Janeiro, Zahar Edit., 1968, p. 74 a 90.
3. COSTA PINTO, L. A. — *Sociologia e Desenvolvimento*. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970, p. 155-189.
4. FLORESTAN FERANDES — *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. 2.^a ed., São Paulo, Editora Pioneira, 1971, p. 65-92.
5. KOENIG, Samuel — *Elementos de Sociologia*. 2.^a ed., Rio, Zahar Edit., 1970, p. 210.
6. MILLS, C. W. — *Las Clases Medias en Norte America*. Madrid, Aguillar, 1957.
7. PEREIRA, Luiz — *O Magistério Primário na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1969, p. 140.

TABELA IV

CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES ENCONTRADAS NO SETOR E SEGUNDO O MODELO ADOTADO

OCUPAÇÕES	CLASSIFICAÇÃO			
	não assalariado não manual	não assalariado manual	assalariado não manual	assalariado manual
Advogado	1	—	1	—
Agricultor	3	—	—	—
Balconista	—	—	—	2
Bancário	—	—	9	—
Banqueiro	1	—	—	—
Comerciante	10	—	—	—
Comerciário	—	—	1	—
Construtor	1	—	—	—
Contador	2	—	—	—
Costureira	—	1	—	—
Dentista	2	—	1	—
Despachante	1	—	—	—
Diretor de colégio	—	—	1	—
Empregada doméstica	—	—	—	1
Empregado de estacionamento	—	—	—	1
Empregado de posto de gasolina	—	—	—	1
Engenheiro	1	—	—	—
Engenheiro agrônomo	—	—	2	—
Entregador de gás	—	—	—	1
Escrivão	1	—	—	—
Farmacêutico	1	—	—	—
Fazendeiro	1	—	—	—
Feirante	—	1	—	—
Fiscal	—	—	1	—
Fiscal de rendas	—	—	4	—
Frentista	—	—	—	1
Funcionário público	—	—	10	—
Industrial	4	—	—	—
Jardineiro	—	—	—	1
Juiz	—	—	1	—
Marceneiro	—	1	—	1
Médico	4	—	5	—
Militar	—	—	2	—
Motorista	—	3	—	1
Oficial de Justiça	—	—	1	—
Operário	—	—	—	6
Pedreiro	—	1	—	1
Porteiro	—	—	—	1
Prático de farmácia	—	—	—	2
Professor	—	—	2	—
Professor primário	—	—	1	—
Professor secundário	—	—	1	—
Professor universitário	—	—	1	—
Representante autônomo	1	—	—	—
Representante comercial	—	—	1	—
Sapateiro	—	—	—	1
Securitário	1	—	—	—
Supervisor de vendas	—	—	1	—
Técnico de televisão	—	—	—	1
Viajante	1	—	2	—
Formulário perdido	—	1	—	—
TOTAL	36	8	48	22

Não declarado = 5.

Total peral = 119.